

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente processo licitatório, Contratação de empresas interessadas na prestação dos serviços de transporte de RSU (Resíduo Sólido Urbano) “Classe II A e B” e disposição final em Aterro Sanitário Licenciado pela Fepam/RS, pelo período de 12 meses, com possibilidade de renovação por até 60 meses conforme legislação vigente.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação se justifica em função de que os serviços supracitados, atualmente, estão sendo prestados por empresa, cujo contrato fora estabelecido em caráter emergencial.. Assim sendo, para não sofrer processo de descontinuidade em um serviço essencial, impõe-se a necessidade da presente Contratação para a realização destes serviços, que são essenciais para manter a cidade habitável e higienizada, evitando riscos à saúde pública e impactos ambientais, com o objetivo de melhorar continuamente a execução da prestação destes serviços. A definição de um contrato devidamente formalizado com interessados aptos às exigências e especificações técnicas, constantes neste Termo de Referência, contribuirá para o atendimento ao objetivo proposto.

3. DEFINIÇÃO DOS SERVIÇOS

Compreende a execução dos serviços de transporte e disposição final em Aterro Sanitário para resíduos sólidos urbanos domiciliares de classe II – A e B originados do processo de coleta e triagem no Município e Rio Grande/RS que produz diariamente uma média de 220 (duzentos e vinte) toneladas diárias, perfazendo 6.600 (seis mil e seiscentas) toneladas mensais (baseado no último trimestre 2019) e que devem ser recebidas em local devidamente licenciado pela FEPAM/RS.

3.1. ATERRO SANITÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

3.1.1. A contratada deverá apresentar toda a documentação ambiental do Aterro Sanitário indicado, sendo possível a realização de diligência junto ao aterro indicado a fim de realizar inspeção técnica, inclusive, se o mesmo não for de propriedade da contratante e, neste

caso, deverá apresentar uma carta do proprietário, registrada em Cartório de Títulos e Documentos, autorizando a contratante a fazer a disposição dos resíduos de Rio Grande pelo prazo global do contrato ora licitado.

3.1.2. A contratada fica responsável por providenciar a renovação das licenças ambientais e, sempre que isso ocorrer, deverá encaminhar cópia para SMCSU.

3.1.3. O aterro sanitário, para disposição final, deverá ter uma condição de vida útil de no mínimo 05 (cinco) anos e monitoramento permanente, além de possuir capacidade licenciada pela FEPAM/RS para o volume diário/mensal indicado na definição dos serviços.

3.1.4. Caso o aterro sanitário seja embargado, ou por motivo de força maior e, se recusar a receber os resíduos do município, a Contratada deverá comunicar oficialmente e imediatamente a Secretaria Municipal de Controle e Serviços Urbanos - SMCSU, indicando o novo local para a disposição final ambientalmente correta, às expensas da Contratada, o transporte e destinação final em novo local, até que a situação se normalize.

3.2 TRANSPORTE DO RESÍDUO SÓLIDO URBANO DA ET (ESTAÇÃO DE TRANSBORDO)

3.2.1. O transporte dos resíduos da Estação de Transbordo até ao local de disposição final (Aterro Sanitário) deverá ser realizado por unidades de transporte (unidade de tração, unidade de carga e condutor), específicos para transporte de resíduos sólidos urbanos, com capacidade volumétrica compatível com a geração de resíduos prevista nesse termo, sendo permitidas unidades de carga articuladas e unidades decarga com comprimento superior a 10 m (dez metros), desde que haja autorização do órgão responsável pela liberação da trafegabilidade nas rodovias que fazem parte do trajeto apresentado (atender limites especificados na legislação vigente e resoluções do CONTRAN).

3.2.2. A Capacidade Máxima da unidade de transporte deverá ser compatível com o PBTC (Peso Bruto Total Combinado) do conjunto ofertado.

3.2.3. Para efeitos do dimensionamento da unidade de transporte e tendo em vista a variabilidade da composição do RSU, considera-se:

$PBTC = \text{Tara do conjunto (Veículo de tração e veículo de carga)} \times (\text{Capacidade Volumétrica da unidade de carga} \times P.\text{específico})$, onde:

P.específico= com valor de 0,5 t/m³.

3.2.4. Antes da emissão da Ordem de Início da Prestação de Serviços pela contratante, a contratada deverá apresentar a frota para aceitação, disponibilizando cópia do Documento de Propriedade das unidades de transporte. Na hipótese de não ser a proprietária dos veículos, a

contratada deverá também apresentar a documentação que comprove o vínculo formal entre ela e o proprietário das unidades de transporte, de modo a demonstrar a disponibilidade dos veículos e equipamentos;

3.2.5. Apresentar no ato da contratação a licença de Transportes para Resíduos Sólidos Urbanos.

3.2.6. A licitante vencedora deverá apresentar e manter atualizada a descrição das unidades de transporte, com as seguintes informações:

- 3.2.6.1. Tipo;
- 3.2.6.2. Peso Bruto Total Combinado (PBTC) da unidade de transporte (t);
- 3.2.6.3. Potência da unidade de tração (cv);
- 3.2.6.4. Número de eixos das unidades de tração e carga;
- 3.2.6.5. Capacidade volumétrica das unidades de carga (m³);
- 3.2.6.6. Capacidade de carga líquida da unidade de tração (t);
- 3.2.6.7. Dimensões da unidade de transporte (largura, altura e comprimento da unidade de carga, de tração e do conjunto);
- 3.2.6.8. Peso (tara) do conjunto da unidade de tração e unidade de carga (t);
- 3.2.6.9. Marca;
- 3.2.6.10. Ano de fabricação da unidade de tração e da unidade de carga;
- 3.2.6.11. Placa da unidade de tração e da unidade de carga;
- 3.2.6.12. n.º do chassi da unidade de tração e da unidade de carga.

3.2.7. A unidade de carga deverá possuir sistema que garanta a estanqueidade e capacidade de armazenamento de líquidos lixiviados durante o transporte, específica para transporte de resíduos sólidos urbanos, evitando o derramamento dos líquidos transportados em vias e logradouros públicos.

3.2.8. A unidade de carga deverá dispor e transitar com sistema de cobertura.

3.2.9. O equipamento deverá se adequar à altura do nível superior da Estação de Transbordo .

3.2.10. Deverão ser utilizadas unidades de transporte em perfeitas condições de tráfego, cumprindo a legislação de trânsito vigente, especialmente em relação à carga máxima permitida por eixo e à carga nominal da unidade de tração, com motores regulados de forma a reduzir as emissões atmosféricas, sendo imprescindível a utilização de práticas de direção preventiva por parte dos motoristas, a fim de minimizar acidentes com danos ambientais, materiais ou pessoais. Além disso, as Unidades de Transporte deverão ser mantidas em perfeito estado de conservação quanto as partes mecânicas, de funilaria, pintura, sistema elétrico e

atenderem integralmente a legislação do CONTRAN. Também deverá ser previsto para estas unidades, materiais de limpeza e sinalização para eventuais acidentes com derramamento de resíduos em vias públicas, tais como: pá, vassourão, cones de sinalização de pista, etc.

3.2.11. Todos as UC (unidades de carga) deverão ser lavadas periodicamente, no mínimo duas vezes por semana, e não poderão ser carregadas acima de sua capacidade volumétrica.

3.2.12. A contratada deverá manter permanentemente, no mínimo uma UC (unidade de carga), na estação de transbordo em condições de receber o RSU, que deverá ser descarregado diretamente na caçamba da UC.

Salientamos, que as jornadas de coleta de resíduos nos setores de Rio Grande, iniciam as 7:30 hs e encerram as 06:00 hs da madrugada do dia seguinte, com chegada limite à Estação de Transbordo estimada até as 06:30 hs.

3.2.13. A unidade de transporte deverá estampar em local de fácil visualização o número do telefone da SMCSU e o da CONTRATADA, além dos dizeres "A serviço da SMCSU". Estas inscrições deverão estar localizadas nas duas laterais e na traseira da unidade de carga, conforme modelo a ser fornecido pelo SMCSU. Além disso, tanto a unidade de tração quanto a unidade de carga deverão ser numeradas em seqüência, a fim de facilitar a sua identificação na Estação de Transbordo e no local de disposição final (Aterro).

3.2.14. IDADE DA FROTA

A idade máxima das unidades de tração e de carga não deverá ser superior a 3 (três) anos, ano/modelo (2016). Em caso de necessidade de substituição de alguma unidade, durante a vigência do contrato, o equipamento apresentado deverá ter idade igual ou inferior à unidade substituída. Em nenhum momento podem ser descumpridas as demais condições determinadas à frota no presente Termo. A frota de unidades de transporte deverá ser dimensionada a partir da determinação de um número mínimo de veículos a serem utilizados no transporte de resíduos, acrescida a essa frota mínima uma frota reserva, que deverá ficar à disposição para execução dos serviços e sob fiscalização permanente do SMCSU.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Certidão de Registro ou Inscrição de Regularidade de Pessoa Jurídica e de Pessoa Física (responsável técnico indicado conforme Item 4.3.) no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia/CREA, e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU para o serviço de destinação final em aterro sanitário, válida na data da licitação;

4.2. Capacidade Técnica Operacional – Será demonstrada através da apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica da empresa, emitido por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado da Certidão de Acervo Técnico relativa ao profissional responsável técnico que atuou na prestação do serviço de destinação final em aterro sanitário, comprovando que a proponente executou atividade compatível com o objeto licitado;

4.3. Capacidade Técnica Profissional – Indicação de profissional de nível superior, com apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s), através de Certidão de acervo Técnico – CAT no CREA ou CAU que comprove(m) sua responsabilidade técnica na execução do serviço de destinação final em aterro sanitário em características semelhantes ao objeto ora licitado.

4.4. Atestado de Visita à Estação de Transbordo do Município do Rio Grande fornecido exclusivamente pela SMCSU. A visita deverá ser procedida por representante devidamente habilitado e deverá ser efetuada em horário de expediente, até o dia anterior ao dia marcado para o início do certame, devendo ser agendada através do fone (53) 3232.3437 ou pelo endereço de email marcio.pinho@riogrande.rs.gov.br.

5. PREÇO MÁXIMO

5.1. Conforme pesquisa de mercado, fica estabelecido o valor de R\$ 113,40 (Cento e Treze Reais e Quarenta Centavos) como preço máximo aceitável por tonelada, totalizando R\$ 748.440,00 (Setecentos e Quarenta e Oito Mil e Quatrocentos e Quarenta Reais) de valor máximo aceitável estimado mensal.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, de seus funcionários ou de terceiros junto à execução dos serviços.

6.2. Ser responsável pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa dolo na execução do contrato.

6.3. Submeter-se à fiscalização da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMCSU, a fim de atender aos pedidos do fiscalizador, de fornecimento de informações e dados sobre os serviços, com os detalhes estipulados e dentro dos prazos fixados.

6.4. Comunicar a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMCSU, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer anormalidade ou fato que se verificar na

execução dos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Pretar todas as informações solicitadas pela contratada para o bom andamento dos serviços.

7.2. Acompanhar e fiscalizar os serviços contratados, aplicando as devidas notificações e/ou multas quando da inobservância das normas contratuais, inclusive com o recebimento e apuração de queixas da população, decorrentes da operação do serviço.

7.3. Fiscalizar diariamente o número de caminhões transportadores e trabalhadores insuficientes para desenvolver as atividades, penalizando a contratada que alocar equipamentos e trabalhadores em número inferior ao estabelecido na proposta.

8. PENALIDADES

8.1. As Penalidades Contratuais Aplicáveis são:

- a) Advertência verbal ou escrita;
- b) Multas;
- c) Declaração de inidoneidade; e
- d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei nº

8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores.

8.2. Comprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

8.3. As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos serviços;
- b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;
- c) 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;
- d) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal do Rio Grande;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

8.4. De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de

cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso à CONTRATANTE, devidamente fundamentado.

8.5. As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

8.6. execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela SMCSU, através de servidores nomeados por instrumento interno, que anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.7. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos fiscais nomeados deverão ser solicitadas ao Secretário da Secretaria de Controle e Serviços Urbanos (SMCSU), em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

9. PAGAMENTO

9.1. Os serviços prestados serão pagos mensalmente por tonelada, juntando-se todas as medições realizadas no período;

9.2. Os pagamentos mensais realizados pelo poder concedente serão realizados com os descontos de multas, se aplicáveis;

9.3. A contratada deverá emitir nota fiscal dos serviços medidos e recolher os impostos pertinentes. O não cumprimento implica na recusa do Município de Rio Grande em efetivar o pagamento à Contratada;

Rio Grande, 23 de janeiro de 2020.



Dirceu Silva Lopes
Secretário